

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 240

Período: 17/03/07 a 23/03/07

Franca – Brasil

- 1- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil pede abertura dos arquivos
- 2- Governo quer Angra 3 e mais quatro usinas
- 3- Vinte e cinco anos da presença brasileira na Antártica
- 4- Lula nomeia ministra para o Supremo Tribunal Militar
- 5- Crise aérea gera novas discussões e embates
- 6- Imagem de ministro da Defesa desgasta-se com crise aérea
- 7- Argentina avisou Brasil sobre Golpe Militar

1- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil pede abertura dos arquivos

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, aproveitou a cerimônia da posse do novo presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Henrique Marini e Souza, para, em discurso, cobrar a abertura dos arquivos da ditadura militar (1964-1985). Em um auditório repleto de oficiais das três Forças, Britto qualificou como trágico o fato de uma sociedade não poder conhecer seu passado, defendendo que a memória do período autoritário deve vir integralmente à tona. O presidente da OAB ressaltou ainda que o seu posicionamento não se tratava de nenhum tipo de revanchismo e argumentou que ao STM caberia esta tarefa de conferir o acesso aos arquivos, uma vez que detinha, como nenhum outro tribunal, um singular patrimônio da memória das fragilidades e grandezas da sociedade brasileira. Tanto o recém-empossado presidente do STM como o ministro da Defesa, Waldir Pires, após a cerimônia, concordaram com o discurso de Cezar Britto, afirmando a necessidade do conhecimento dos fatos. (*Folha de São Paulo – Brasil – 17/03/07*; *Jornal do Brasil – País – 17/03/07*).

2- Governo quer Angra 3 e mais quatro usinas

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a retomada das obras de Angra 3 e a construção de ao menos quatro usinas nucleares até 2030 estão sendo avaliadas como decisões estratégicas pelo governo brasileiro. Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, para quem a retomada do projeto nuclear traria a energia a preço mais competitivo no futuro, a vantagem da energia nuclear, apesar de ainda ser cara, seria prioritariamente a necessidade de diversificação de fontes energéticas. O crescimento econômico nacional, o esgotamento do potencial das hidrelétricas e as dificuldades ambientais para construí-las e o receio de novos apagões no país também pesam em favor dos investimentos direcionados às fontes nucleares, que, em 2006, se responsabilizaram por cerca de 3,3% da geração nacional totalizada de energia – a energia hídrica representou 91,9% desse total. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) tem como proposta a construção de seis usinas de mil MW cada uma, que se localizariam em centrais no Nordeste, próximas ao rio São Francisco, e

no Sudeste, sendo orçado o projeto, conforme o presidente dessa comissão, Odair Gonçalves, em aproximadamente 20 bilhões de dólares. No caso de Angra 3, o custo de sua obra giraria na ordem de 7,2 bilhões, sem contar que o Brasil já adquirira 70% dos suprimentos importados e 5% dos nacionais dos componentes mecânicos, apenas restando a compra de material de instrumentação e controle e a reposição de mão-de-obra qualificada para operação da usina. Entretanto, Roberto Esteves, presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), afirmou que o impacto da eventual escolha do governo pela energia nuclear não recairia somente sobre a construção das usinas, mas ainda sobre a exploração de urânio, dado que novas usinas exigiriam o aumento da capacidade da produção das unidades do ciclo de combustível (do beneficiamento até a montagem de elementos combustível), o que faria com que a INB reconfigurasse sua produção de urânio na mina de Caetité, no estado da Bahia, ou iniciasse um novo projeto mineral no Estado do Ceará. O Brasil é o sexto maior em reservas de urânio, com menos de um terço do território prospectado. (Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/03/07).

3- Vinte e cinco anos da presença brasileira na Antártica

O jornal *O Globo* noticiou que estão sendo celebrados vinte e cinco anos da presença do Brasil na Antártica – experiência que, a partir de sua importância estratégica, vem possibilitando atividades de cientistas brasileiros de áreas diversas, em particular os que estudam o clima. O Programa Antártico, ou Proantar, cujo início se deu em 1982 com sua criação e a instalação da base nacional no continente, vem sendo coordenado pelo capitão-de-mar-e-guerra Dennis Teixeira, subordinado à Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm). Afirma-se que tanto o Proantar constitui um programa de Estado, e não de governo, como foi ele o responsável pela consolidação da presença brasileira na Antártica, apesar das restrições orçamentárias e dos imensos desafios de logística que o obstaram no período. O esforço do país conta com o envolvimento de diferentes setores no programa: no território antártico, a missão brasileira se compõe por militares da base Comandante Ferraz e do navio de apoio Ary Rongel e por pesquisadores e cientistas que realizam trabalho ali; já a retaguarda engloba um número maior de envolvidos, com destaque para a Secirm, o CNPq e as universidades, o Ministério do Meio Ambiente, o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, a Estação de Apoio Antártico (Esantar) e parceiros privados, como as empresas Petrobrás, Oi e o Clube Alpino Paulista. A razão da presença neste continente, segundo o jornal, se explicava, no passado, pela pesca das baleias e pelas pretensões territoriais dos países; contudo, o Tratado da Antártica, de 1959 e prorrogado até 2041, estabeleceu a utilização do continente somente para fins pacíficos e científicos. Não só a caça a baleia como toda exploração econômica vêm sendo proibidas no continente gelado, cuja importância para o futuro está aumentando em função de possuir as maiores reservas de água doce do planeta, da localização do Estreito de Drake, que será vital para a navegação com as limitações físicas do Canal do Panamá, e, principalmente, de oferecer as melhores condições para o estudo científico do clima terrestre. (O Globo – O País – 17/03/07).

4- Presidente Lula nomeia ministra para o Supremo Tribunal Militar

De acordo com o jornal *O Globo*, a procuradora federal Maria Teixeira Rocha será a primeira mulher a ocupar uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), desde que o principal órgão da justiça militar foi criada há quase 200 anos. A nomeação para o cargo, feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi elogiada pelo ministro da defesa Waldir Pires, pelo comandante do Exército Enzo Peri e pelo presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, o qual apontou rejeição por parte de alguns militares, tanto pelo fato de ser uma mulher, quanto por ser ideologicamente alinhada com a esquerda. A ministra, que aguarda a oficialização da escolha de Lula no dia 27/03/07, diz que tais fatos não terão influência sobre seu trabalho no STM, composto, atualmente, por dez oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica e por cinco civis. (*O Globo – O País – 18/03/07*).

5- Crise aérea gera novas discussões e embates

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a crise do sistema aéreo voltou a provocar atrasos nos vôos desde o dia 18/03/07 devido a uma pane no Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta-1), responsável pelo controle de vôos no Centro-Oeste e Sudeste. O brigadeiro José Carlos Pereira, presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), empresa responsável pela infra-estrutura dos aeroportos afirmou que o ocorrido em Brasília é de responsabilidade única da Aeronáutica. A pane, na verdade, foi causada por uma queda no sistema de gerenciamento de planos de vôos, deixando os controladores sem informações de identificação e altitude planejada dos vôos nos monitores. Quando os dados voltavam à tela, não eram confiáveis. As decolagens de toda a região foram restringidas com espaçamento de 30 minutos e chegaram a ser suspensas em alguns aeroportos. Isso foi feito para reduzir o número de aviões monitorados, sendo os dados acompanhados com fichas de papel. A situação durou cerca de quatro horas, o que causou um acúmulo de atrasos em todo o país. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, irritado com a situação, convocou uma reunião de emergência, no dia 19/03/07, com o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito. Lula chegou a suspeitar de sabotagem dos controladores de vôo, que realizam uma operação-padrão desde outubro de 2006. Da última vez que essa acusação foi lançada a Aeronáutica reconheceu que o equipamento estava defasado. De acordo com *O Estado de São Paulo*, na reunião Lula soube que a Aeronáutica abriu uma nova sindicância para verificar a possibilidade de ter havido de fato uma sabotagem a qual levasse a pane. Os controladores afirmam que a suspeita é absurda e técnicos da Força Aérea Brasileira (FAB) também apontaram que dificilmente pode ter ocorrido interferência proposital nesse tipo de falha. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 22/03/07, a pane foi confirmada pelos técnicos da Aeronáutica responsáveis pela análise do problema após três dias de investigação, descartando as possibilidades de sabotagem. Mesmo assim, os controladores se queixam da falta de definição sobre a reivindicação de desmilitarização do setor. Oficialmente, a Casa Civil nega que a possibilidade de sabotagem tenha sido discutida. Em nota oficial, a Defesa afirma que o presidente “determinou a apuração imediata e rigorosa das causas do ocorrido”. Pediu ainda que os passageiros recebam informações

rápidas e corretas nos aeroportos e, sem citar diretamente a Aeronáutica, mandou “que sejam implementados equipamentos reserva eficientes e eficazes”. De acordo com o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, no dia 21/03/07, uma pane semelhante à do Cindacta-1, cuja origem não teve causa reconhecida de acordo com informações da Aeronáutica, ocorreu no sistema do Cindacta-2, em Curitiba, o qual teve que ser reinicializado horas depois. Segundo nota do Comando da Aeronáutica, o problema foi agravado devido ao grande volume de tráfego aéreo e à operação de apenas uma pista em Congonhas. Segundo o *Estado de S. Paulo*, o Diário Oficial da União publicou no dia 20/03/07 a autorização de Lula para que o Ministério da Defesa realize a contratação temporária de 60 controladores de voo que seriam imprescindíveis ao controle do tráfego aéreo. A contratação terá validade de dois anos e poderá ser prorrogada por mais dois anos. Outro problema refere-se a infraestrutura dos aeroportos brasileiros, que não se prepararam para o forte aumento na procura por transporte aéreo ocorrido nos últimos anos. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Exército pode assumir parte das obras nos aeroportos para diminuir os custos em até 25% e reduzir o risco de desvios de verba. Quem apresentou a proposta de parceira ao novo comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, foi o brigadeiro José Carlos Pereira, presidente da Infraero. Dois convênios de São Luiz, no Estado de Maranhão, e de Tabatinga, no Estado da Amazônia, para obras do Exército em aeroportos já estão fechados. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, ao invés de conduzir o caso dentro da hierarquia militar, o governo Lula abriu um diálogo sindical com a categoria e nutriu suas expectativas de tirar o serviço da alçada da Aeronáutica. De acordo com o *Estado de S. Paulo*, a Federação Internacional dos Controladores de Tráfego Aéreo (Ifatca – sigla em inglês), em uma de suas publicações de março dedicará sua capa e metade do conteúdo da edição a matérias e artigos sobre o choque do jato Legacy com o Boeing da Gol, que matou 154 pessoas no ano de 2006. A revista reitera críticas da Ifatca às autoridades brasileiras, acusadas de darem explicações obscuras e conflitantes sobre o acidente. Os textos abordam como os controladores reagiram ao acidente e o tratamento psicológico dispensado a eles, a repercussão da tragédia na mídia, uma avaliação técnica sobre o transponder e as lições deixadas ao setor. Traz ainda reportagem do início dos anos 80 feita pela Ifatca no Brasil, que denunciava a má formação e a baixa remuneração dos controladores. A Força Aérea Brasileira não se pronunciou sobre o assunto. Em relação aos controladores de voo, a *Folha de S. Paulo* noticiou que um controlador de voo da cidade de Salvador, Estado da Bahia, foi preso no dia 17/03/07 pela FAB sob acusação de insubordinação. Sargento do tráfego aéreo com mais de dez anos de experiência, ele foi punido pelo regulamento militar por ter, conforme a versão de colegas de trabalho, registrado no livro de ocorrências problemas no serviço, incluindo a instabilidade pela falta de gente qualificada no controle das aeronaves. Isso seria de caráter subjetivo e, segundo as regras militares, não devem ser registradas nos livros de ocorrências, que serviria apenas para registros operacionais. A Aeronáutica confirma a detenção do controlador, mas não revela oficialmente os motivos que causaram a punição. O fato contribuiu para agravar a insatisfação dos profissionais, que alegam perseguição por parte do Comando da Aeronáutica. Os controladores afirmaram que “por enquanto” não houve nova interferência da categoria como forma de protesto, mas que a insatisfação com a disciplina

militar e a indefinição com os rumos da profissão estão "a ponto de explodir". O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica apenas afirmou, sem fornecer maiores informações, que a prisão em Salvador e outros afastamentos de função no país são "procedimentos internos", baseados em processos administrativos e de acordo com a legislação militar em vigor. Ainda sobre os controladores, conforme indicou *O Estado de S. Paulo*, a procuradora da Justiça Militar, Zilah Petersen, negou o pedido do Ministério Público para arquivar o Inquérito Policial Militar (IPM) aberto por solicitação do Comando da Aeronáutica para apurar suposta prática de crimes por controladores militares durante o primeiro apagão aéreo, em novembro de 2006, na realização da chamada operação-padrão como forma de protesto. Além disso, a comissão para analisar o problema adiou o prazo para apresentar as conclusões. A *Folha* divulgou que o ministro da Defesa, Waldir Pires, criou um grupo que irá reunir autoridades da Aeronáutica, Infraero e Anac, para discutir o setor aéreo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/03/2007; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/03/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 20/03/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/03/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/03/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/03/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/03/2007; Jornal do Brasil – País – 21/03/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/03/07; – O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/03/07)

6- Imagem de ministro da Defesa desgasta-se com crise aérea

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a imagem do ministro da Defesa, Waldir Pires, vem se desgastando muito desde o início da crise e o Partido dos Trabalhadores (PT), a qual pertence Lula, afirmou que não defenderá seu futuro no Ministério da Defesa. Segundo o presidente do partido, Ricardo Berzoini, Pires não seria parte da cota da legenda no governo de Lula. Disse ainda que "o ministro não está lá por indicação do PT. Portanto, não faremos nenhum movimento em relação à Defesa". Ex-governador e ex-deputado federal, Pires é filiado ao PT desde os anos 90 e com a crise aérea possivelmente deixará o cargo, o atual ministro é considerado inexperiente pelos comandantes das Forças Armadas. Integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Social Brasileiro (PSB) já se mostram interessados pelo cargo de Pires. Segundo o *Jornal do Brasil*, o PC do B citou o nome do ex-presidente da Câmara Aldo Rebelo (SP). Já o PSB indicou Sergio Gaudenzi, presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB) e ligado ao partido. De acordo com *O Globo*, a insatisfação dos militares teve início com a instauração do Ministério da Defesa, no início do segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, já que este foi imposto a eles, os quais, ainda, perderam o status de ministros, bem como foram excluídos do processo de escolha dos últimos. (Folha de S. Paulo – 21/03/07; O Globo – O País – 22/03/07)

7- Argentina avisou Brasil sobre Golpe Militar

Doze dias antes do golpe que derrubou, em 1976, a presidente argentina Isabelita Perón, o embaixador do Brasil em Buenos Aires, João Baptista Pinheiro, recebeu informação sigilosa sobre a ação e a repassou ao presidente Ernesto Geisel. Notificou ainda o governo brasileiro de que Argentina e

Paraguai haviam começado a cooperar para eliminar guerrilheiros de esquerda. Seu informante foi o chefe da Inteligência da Marinha Argentina, Lorenzo de Montmollin, que também avisou o ditador chileno Augusto Pinochet. A revelação está em um pacote de papéis secretos liberados pelo governo brasileiro. Esses contatos entre militares argentinos, brasileiros e chilenos são tidos como nova prova da existência da Operação Condor - aliança secreta entre as três ditaduras. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br
O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq).